

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



A URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA MATOGROSSENSE.

Messias Modesto dos Passos*

AS PREMISSAS

Uma vasta empresa comercial. CAIO PRADO JÚNIOR define assim o empreendimento colonial português na América. Desde o começo, a exploração econômica do Brasil e a organização do seu espaço se fizeram objetivando a acumulação capitalista, beneficiando, deste modo, as camadas da população detentoras de capital. Este pressuposto teórico dá o suporte básico da explicação da história econômica do Brasil e da Amazônia em particular.

Para consolidar o domínio português na Amazônia e proteger a foz do Rio Amazonas, disputada pelos rivais como via de penetração no continente desconhecido e potencialmente rico, a Coroa fundou, em 1616, a Vila de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará e o forte do Presépio. Depois, favoreceu a penetração de padres franciscanos, carmelitas, jesuítas e mercedários que fundaram inúmeras missões. Foram criadas vilas em entrepostos comerciais e que tinham função política e militar. Nos séculos XVII e XVIII, foram estabelecidos onze fortes: Óbidos e Santarém (século XVII), Santo Antonio do Gurupá (1623), Barra de Belém (1686), São José de Marabitanas (1760), São Gabriel da Cachoeira (1760), São José de Macapá (1764), Coimbra (1775), São Joaquim (1775), Príncipe da Beira (1776), Tabatinga (1776). Todos esses pontos formavam um arco que, desde os rios Paraguai, Guaporé, Solimões, Negro, Branco e Amazonas, incorporava ao domínio português o que se veio a chamar de Norte e Centro-Oeste brasileiros.

Além da importância geopolítica da incorporação de milhões de quilômetros quadrados consolidada pelos tratados de Madri (1750), de Paris (1763) e de Santo Ildefonso (1777), a Coroa Portuguesa punha à disposição da burguesia mercantil do reino, áreas passíveis de fornecerem as “drogas” (castanha, borracha, cacau, couros, peles silvestres, plantas medicinais) que iriam contribuir para a acumulação primitiva européia.

Depois da Independência, a preocupação do governo com o Norte e o Centro-Oeste se materializou especificamente com a Guerra do Paraguai (1865-1870). Além de outros motivos, a ameaça do fechamento do Rio Paraguai que impediria o acesso brasileiro ao Mato Grosso, foi um dos motivos do conflito. Com a derrota paraguaia, ficou

estabelecida a hegemonia brasileira na região, inclusive para a exploração do mate no sul matogrossense.

A MARCHA PARA OESTE

Desde o início dos anos sessenta foram criados vários planos de desenvolvimento para o Brasil (SUDAM, SUDECO, SUDENE, SUDESUL); eles correspondem a planos regionais. O primeiro Plano de Integração Nacional (1970) atribui uma importância central ao desenvolvimento da “Nova Amazônia”. Isto se faz pela delimitação de um espaço geopolítico: “Amazônia Legal”, à base de um conjunto de organismos burocráticos tais como o BASA (Banco da Amazônia), o FIDAM (Fundos de Investimentos Para a Amazônia), a SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), a criação de estradas indispensáveis, assim como uma política de estímulo à formação de polos agrícolas e industriais.

Se, de um lado, os brasileiros são motivados pelas perspectivas e fantasias de se tornarem proprietários de terras, de outro, a pobreza e o crescimento da população reforça o contingente de migrantes. A evolução da população brasileira mostra que a tendência rural-urbana inverteu-se rapidamente; não resta atualmente senão 1/3 de rurais, malgrado um ganho de mais de 100 milhões de hectares de terras virgens.

No Brasil, vários processos, sobretudo o monopólio da terra e a monocultura, promovem a expulsão da população do campo. Se de um lado as cidades não estão preparadas para receber esse contingente numeroso, de outro, a agricultura mecanizada passou a produzir mais e melhor.

O Centro-Oeste brasileiro é considerado pelos poderes públicos como uma região-solução para a maioria dos problemas do Brasil. O território pouco povoado, a “disponibilidade” de terras, a possibilidade de se avançar sempre para o oeste, estimularam o avanço da fronteira agrícola que representa uma componente ideológica fundamental do consenso social, largamente manipulado pelos governantes. Na verdade, trata-se de duas frentes pioneiras diversas: uma direcionada para as áreas de florestas e, a outra, direcionada para os cerrados com o objetivo de implantar uma agricultura moderna.

O Centro-Oeste, devido à sua extensão e à sua situação, às vezes central e fronteira, constitui um jogo geopolítico.

* Departamento de Geografia. UNESP. Brasil.

A fundação de Brasília, em 1960, e a criação de grandes eixos rodoviários ligando Belém a Brasília (norte-sul), Cuiabá a Porto Velho e a Santarém (sul-norte-oeste e sul-norte) no quadro do Programa de Integração Nacional deveriam impulsionar a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico espontâneo.

Após o fracasso da colonização ao longo do eixo da Transamazônica, que deveria contribuir para a solução dos problemas do Nordeste, facilitando o acesso “*dos homens sem terras às terras sem homens*”, os programas concernentes à Amazônia foram reorientados, em 1970, para supostas zonas prioritárias para a criação de infraestruturas (Polamazônia, Polonoroeste).

Entre 1970 e 1974 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, priorizou o assentamento de colonos pobres nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, conforme proposta do projeto POLONOROESTE, atendendo três objetivos básicos: (1) *objetivo econômico*, ou seja, promover a agricultura, como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; (2) *objetivo demográfico*, isto é, frear o êxodo rural e, reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirige para as grandes metrópoles do Sudeste; (3) *objetivo social*, diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no sul do País.

O segundo projeto concerne aos cerrados, cujos solos eram avaliados como pobres e impróprios para a agricultura até 1970. A partir de fortes investimentos, graças aos progressos da agricultura e ao desenvolvimento das comunicações, os cerrados atraem os “sulistas” para as áreas de cerrados do Planalto Central, tendo a soja como carro-chefe de uma agro-indústria exportadora. Nesse caso, priorizam-se os agricultores provenientes da região sul, mais aptos e capazes para desenvolverem uma agricultura moderna e competitiva voltada, essencialmente, para os mercados internacionais.

A URBANIZAÇÃO

O Estado de Mato Grosso apresenta municípios surgidos em diferentes momentos históricos (séc. XVIII, XIX e XX) e, portanto, a partir de motivos diferentes: a mineração, nos primeiros tempos da colonização deu origem a Cuiabá, Diamantino; a criação de gado, motivou a criação de Poconé; o extrativismo mineral, mais tardio, propiciou a origem de Poxoréu...

Os diferentes momentos históricos em que se deram as fases de ocupação do território tiveram grande influência sobre a toponímia dos municípios, nomes estes, ligados à personalidade (Rondonópolis); à rios da região (Jauru); à religiosidade (Nossa Senhora do Livramento); à nomes indígenas (Poxoréu); à companhias colonizadoras (Sinop); à origem dos migrantes (Porto Alegre do Norte), à recursos naturais (Acorizal), etc.

A urbanização incipiente das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil se dá pela incorporação geopolítica do ter-

ritório. Às vilas, fundadas pelos portugueses, somam-se as aldeias e a ocupação espontânea – quando não havia propriedade privada e a exploração limitava-se ao extrativismo –. No final do século XIX e no começo do atual, o processo aconteceu de forma mais decisiva, com o surgimento da figura jurídica da propriedade privada, e por conta da exploração da borracha, da migração nordestina e das empresas de exportação, com o florescimento maior de cidades, como Manaus e Belém, por exemplo.

Uma outra fase de urbanização, mais dinâmica e grandiosa, ocorreu nas cidades vinculadas ao processo de colonização a partir das décadas de 60 e 70, que foram criadas ao longo das rodovias.

A inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e internacional, de forma mais incisiva e impactante, ocorre a partir da década de 70¹, portanto, é um fenômeno muito recente e polemizado pela mídia e pela opinião pública de forma genérica e superficial.

O acesso da “questão” e sua ideologização conduzem a uma documentação muito ampla mas fragmentária e heterogênea, incômoda de levantar, difícil de interpretar e árdua de sintetizar.

A agro-indústria, mais recente (Distritos Industriais de Rondonópolis, Cuiabá; etc.), atraiu populações tradicionais (ribeirinhos, garimpeiro, extrativistas, etc) que juntamente com os expelidos dos projetos mal sucedidos de colonização vão ser transformados em mão-de-obra urbana, sem alterar muito os valores culturais. Esse processo vai contribuir para a construção de um meio ambiente urbano degradado com reflexos diretos na qualidade de vida, sobretudo da população mais carente que ocupa a periferia das cidades médias e das capitais estaduais.

Dados censitários da Fundação Cândido Rondon/Cuiabá e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostram a evolução da população rural e urbana do Estado do Mato Grosso, com predomínio dessa última, apesar da organização do espaço se apoiar no “modelo agropecuário” de ocupação do território.

A pecuária extensiva e a mineração de garimpo que deram sustentação ao povoamento do Mato Grosso até os anos 50, não propiciaram o surgimento de uma densa malha de cidades. Além dessas duas atividades econômicas, chama a atenção, no processo de povoamento inicial do atual território do Mato Grosso, as fortificações militares que foram instaladas na segunda metade do século XVIII.

¹ Até então, o Mato Grosso era o estado dos *matogrossenses*: muito contemplativo. A divisão estadual (1979) provoca a queda das oligarquias locais – que se sustentavam na pecuária. A partir dos anos 70, acontece a chegada dos “sulistas”. Esse pessoal trouxe dinheiro, iniciativas e outra cultura... no melhor momento dos incentivos fiscais e dos subsídios aos projetos agropecuários dirigidos à Amazônia Legal... O resultado dessa “marcha do capital para o campo” está muito concretamente explicitado na paisagem: desmatamento, aprofundamento do lençol freático, eliminação da fauna, erosão, assoreamento, introdução de espécies vegetais exóticas, extensas áreas com monocultura, melhoramento genético do rebanho bovino, artificialização das pastagens...

A evolução da divisão política-administrativa do Estado do Mato Grosso caracteriza-se por uma elevada dinâmica da criação de novos municípios, ampliando a rede urbana, conforme mostra a Figura 1.

O fenômeno mais surpreendente reside na urbanização acelerada desta fronteira agrícola a partir dos projetos de colonização dos anos 70. As cidades são os refúgios dos migrantes (que não encontram terras) e de suas famílias (que não podem os acompanhar para os lotes isolados e carentes de toda infra-estrutura de saúde e educação); mas também dos colonos que não podem se manter sobre seu lote, que são expulsos por doenças, à força, pelo fracasso agrícola ou pela venda de seu lote. Nas colonizações privadas, a compra do lote urbano está ligada à compra do lote rural. A cidade é geralmente gerada pela sociedade de colonização. Os colonos não vivem, pois, sobre suas terras. O mercado de trabalho rural é a cidade.

É bom lembrar que a política de colonização implantada a partir dos anos 50, se valeu da grande disponibilidade de terras devolutas existentes no norte do Mato Grosso.

Até o início da década de 70, o povoamento estava concentrado em Cuiabá e arredores, ou seja, no chamado “Mato Grosso Velho”. A partir da década de 70, surgiram 83 novos municípios, a maioria fruto da colonização privada. Isto significa que até o início de 1970 existiam apenas 34 municípios. Terminada a década de 1980, o número de municípios salta para 95, chegando a 117 no início da década de 1990.

Paralelamente ao processo de colonização e de redivisão administrativa, a população aumentou, como mostram as estimativas da Fundação Cândido Rondon de Cuiabá e da Fundação IBGE. (Ver Quadro I).

Quadro I – Mato Grosso: População Urbana e Rural

Período	População Total	População Urbana	População Rural	Dens. Demogr.
1980	1.138.691	654.952	483.739	1,26
1985	1.466.977	847.371	619.606	1,63
1990	1.917.117	1.403.884	513.233	2,13
1991	2.022.524	1.481.073	541.451	2,24

Fonte: Estatísticas Básicas do Estado de Mato Grosso – 1981-1991\Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral\MT.

O surgimento de novos municípios e o aumento populacional se deu às custas de uma grande transformação da paisagem rural e urbana. A derivação antropogênica da paisagem atingiu um alto grau de lesão, deixando sinais claros de despreparo dos seus agentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção do espaço brasileiro tem se dado às custas do uso extensivo dos recursos naturais que, dada

as dimensões continentais do território permite que a população aumente sem a necessidade de realizar grandes esforços no sentido da acumulação. As derivações antropogênicas negativas da paisagem são “compensadas” pela expansão do espaço econômico. Expansão espacial, materializada pelo avanço das frentes pioneiras, cuja fotografia final é, regra geral, uma pintura em preto e branco onde as vicissitudes são predominantes.

O processo de colonização e de valorização dos espaços vazios ao longo da história do Brasil, se deu por etapas – com predomínio de um, ou da associação de múltiplos esquemas –, e foi movido pela produção de matérias primas voltadas para o mercado externo. Essa é uma das razões da fragilidade desses esquemas, ditos de modernização.

Até 1950 o Estado do Mato Grosso seguiu uma política de distribuição de lotes de terras de pequenas dimensões – com algumas exceções –, atendendo basicamente aos “machadeiros”, garimpeiros e agricultores de poucos recursos financeiros.

As colonizações dos anos 50, efetuadas pelo Estado do Mato Grosso, através de prestações de serviços com colonizadoras particulares, mostram uma nova realidade: o incentivo à colonização particular.

Após a divisão estadual (1979), a política de efetiva ocupação e povoamento do território matogrossense enfatizou os projetos de colonização, que foram atraídos pela imensa disponibilidade de terras baratas.

De forma simplificada, pode-se afirmar que enquanto a agricultura capitalista-mecanizada dirigiu-se para os chapadões areníticos revestidos de cerrados, os pecuaristas e agricultores pobres dirigiram-se às áreas de floresta – resultando, regra geral, em relações pouco amistosas.

As sucessivas crises: dos projetos de colonização, do modelo agro-exportador (soja e carne), o agravamento da situação fundiária (MST), a política do Real, etc., levaram o Estado à falência: 80 % das terras estão à venda a preços bastante desvalorizados (de R\$ 600,00 para R\$ 200,00 – o hectare); faltam recursos para investimentos em infraestrutura... Enfim, o modelo agro-exportador foi abortado, após gerar concentração latifundiária, impactos ambientais e agravar a questão agrária.

Os dados do censo populacional realizado em 1996, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acusam uma taxa de crescimento demográfico de apenas 1,9% no período de 1991 a 1996. Confrontados com as taxas de crescimento demográfico verificado nas últimas três décadas (60, 70 e 80) observa-se que a redução foi significativa, visto que as taxas do Estado – tido, até então, como o “Eldorado” de milhares de brasileiros – foram de 6,0%, 6,6% e 5,4%, respectivamente.

Essa desaceleração do crescimento populacional do Estado do Mato Grosso deve-se, principalmente, à interrupção dos fluxos migratórios de outras regiões e, claro, da atual conjuntura do modelo de desenvolvimento.

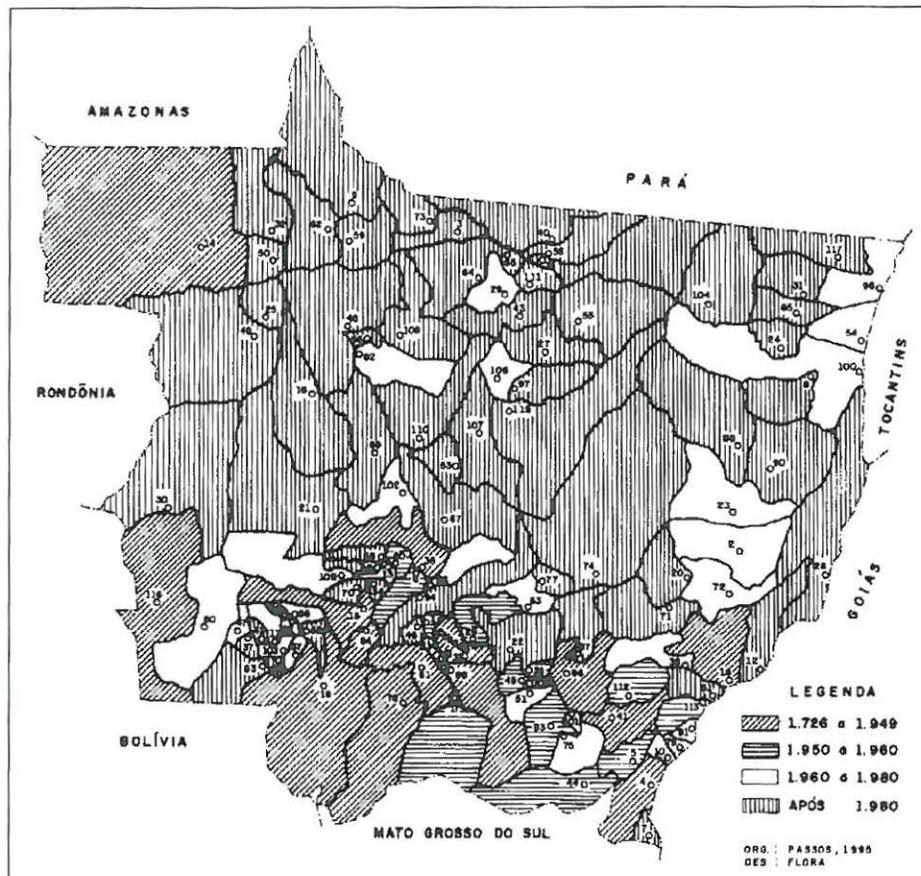


Fig. 1 – Mato Grosso: Divisão Política/FCRASEPLAN

- | | | | | | |
|---------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| 01-Acorizal | 21-C.Novos de Parecis | 41-Guiratinga | 61-N.Sra.do Livramento | 81-Pontal do Araguaia | 101-S.José do Povo |
| 02-Água Boa | 22-Campo Verde | 42-Indiavaí | 62-Nova Bandeirantes | 82-Porto dos Gaúchos | 102-S.J. do Rio Claro |
| 03-Alta Floresta | 23-Canarana | 43-Itaúba | 63-Nova Brasilândia | 83-Porto Esperidião | 103-S.J.dos Q.Marcos |
| 04-Alto Araguaia | 24-Canabrava do Norte | 44-Itiquira | 64-Nova Canaã | 84-Porto Estrela | 104-S.J. do Xingú |
| 05-Alto Garças | 25-Castanheira | 45-Jaciara | 65-Nova Guaritã | 85-Porto Alegre do N. | 105-S.Pedro da Cipa |
| 06-Alto Paraguai | 26-C. dos Guimarães | 46-Jangada | 66-N.Horizonte do Norte | 86-Poxoróe | 106-Sinop |
| 07-Alto Taquari | 27-Claudia | 47-Jauru | 67-Nova Mutum | 87-Primavera do Leste | 107-Sorriso |
| 08-Alto Boa Vista | 28-Cocalinho | 48-Juara | 68-Nova Marilândia | 88-Querência | 108-Tabaporã |
| 09-Apiacás | 29-Colider | 49-Juina | 69-Nova Maringá | 89-Reserva do Cabaçal | 109-Tangará da Serra |
| 10. Araguainha | 30-Comodoro | 50-Juruena | 70-Nova Olímpia | 90-Ribeirão Castanheira | 110-Tapuran |
| 11-Araputanga | 31-Confresa | 51-Juscimeira | 71-Novo São Joaquim | 91-Ribeirãozinho | 111-Terra Nova do N. |
| 12-Araguaiana | 32-Cotriguaçu | 52-Lambari D'Oeste | 72-Nova Xavantina | 92-Rio Braanco | 112-Tesouro |
| 13-Arenápolis | 33-Cuiabá | 53-Lucas R.Verde | 73-Paranaita | 93-Rondonópolis | 113-Torixoróe |
| 14-Aripuanã | 34-Denise | 54-Luciara | 74-Paranatinga | 94-Rosário Oeste | 114-Várzea Grande |
| 15-Barra do Bugres | 35-Diamantino | 55-Marcelândia | 75-Pedra Preta | 95-Salto do Céu | 115-Vera |
| 16-Barra do Garças | 36-Dom Aquino | 56-Matupá | 76-Peixoto de Azevedo | 96-Santa Terezinha | 116-V. B SS.Trindade |
| 17-Barão de Melgaço | 37-Fig. D'Oeste | 57-Mirassol D'Oeste | 77-Planalto da Serra | 97-Santa Carmen | 117-Vila Rica |
| 18-Brasnorte | 38-Gen.Carneiro | 58-Nobres | 78-Poconé | 98-Santo Afonso | |
| 19-Cáceres | 39-GlóriaD'Oeste | 59-Novo Monte Verde | 79-Ponte Branca | 99-St. Ant de Leverger | |
| 20-Campinópolis | 40-Gt.á do Norte | 60-Nortelândia | 80-Pontes e Lacerda | 100-S.Félix Araguaia | |

BIBLIOGRAFIA

PASSOS, M. M. dos (1997) – *Amazônia: Teledetecção e Colonização*. São Paulo, Editora da UNESP, 120 p.
 MAMIGONIAN, A. (1984) – “A inserção de Mato Grosso ao

mercado nacional e gênese de Corumbá”. *Geosul*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 35-60.

PRADO Jr, Caio (1965) – *História econômica do Brasil*. 9ª ed, São Paulo, Brasiliense, 280 p.